



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS

VILMA DE ASSIS FRANCELINO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONFLITOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE
SURDOS**

MARI/PB

2020

VILMA DE ASSIS FRANCELINO

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONFLITOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Libras EaD do Instituto Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título em especialista em Libras.

Orientadora: Profa. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo.

MARI/PB

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

F815e Francelino, Vilma de Assis
Educação do campo: conflitos e desafios na educação
de surdos/ Vilma de Assis Francelino. - Patos, 2020.
26 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.
Orientadora: Prof^a. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo

1. Educação 2. Campo 3. Surdos 4. Estudantes
5. Escola I. Título.

CDU – 37-056.263

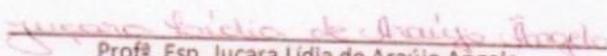
VILMA DE ASSIS FRANCELINO

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONFLITOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

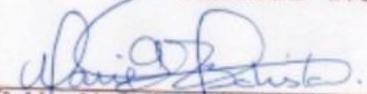
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
da Paraíba (IFPB), para obtenção do título
de Especialista em Libras.

Patos, 24 de fevereiro de 2021.

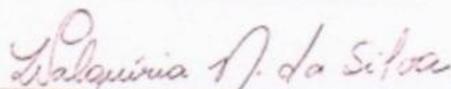
BANCA EXAMINADORA


Profª. Esp. Juçara Lídia de Araújo Angelo

Orientadora – IFPB


Profª. Msc. Marie Gorett Dantas de Assis e Medeiros Batista

Avaliadora – UFPB



Profª. Msc. Walquiria Nascimento da Silva

Avaliadora – UFPB

RESUMO

Neste trabalho, tendo como base o fato de a educação do campo ser um fenômeno complexo e diverso, refletimos sobre a educação do campo para educação de surdos. A educação de surdos está baseada na política educacional inclusiva, porém, incluir os alunos surdos nas escolas regulares é um desafio, pois é necessário que o ensino seja bilíngue, tendo em vista as particularidades linguísticas e culturais dos surdos e que leve em consideração a vivência do aluno no seu dia a dia. Contudo, a problemática deste trabalho é saber como as pesquisas científicas desenvolveram-se ou descreveram a questão da educação de surdos, no contexto educacional no Campo. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar, de forma bibliográfica e documental, como as pesquisas científicas se desenvolvem ou descrevem a questão da educação de surdos, no contexto educacional no Campo. Tendo como específicos apresentar estudos científicos nos últimos 05 (cinco) anos que discutem sobre a Surdez e Educação do/no Campo; identificar nos escritos científicos a relação do currículo da Educação do/no Campo com a Educação dos Surdos e compartilhar a importância da Educação dos Surdos no contexto da Educação do Campo. A presente pesquisa se justifica por buscar reconhecer a formação de uma sociedade sem desigualdades sociais, como base da luta dos movimentos sociais camponeses e da comunidade surda, como sua intencionalidade maior. No que se refere à produção de dados, além da revisão bibliográfica, adotou-se a pesquisa de caráter qualitativo de cunho documental. A coleta de dados foi realizada em sites acadêmicos (Google Acadêmico e Scielo). Este trabalho foi essencial para mostrar a carência de estudos científicos pois demonstrou, diante do estudo realizado, uma lacuna que precisa ser preenchida com estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Educação. Campo. Surdos. Estudantes. Escola.

ABSTRACT

In this work, based on the fact that rural education is a complex and diverse phenomenon, we reflect on rural education for the education of the deaf. Deaf education is based on inclusive educational policy, however, including deaf students in mainstream schools is a challenge, as it is necessary for teaching to be bilingual, taking into account the linguistic and cultural particularities of the deaf and taking into account the experience of the student in his daily life. However, the problem of this work is to know how scientific research has developed or described the issue of education for the deaf, in the educational context in the countryside. The present work aims at general analysis, in bibliographic and documentary form, as scientific researches are developed or describe the issue of the education of the deaf, in the educational context in the Field. Having as specifics to present scientific studies in the last 05 (five) years that discuss about Deafness and Education of/in the Field; to identify in the scientific writings the relation of the Education curriculum of/in the Countryside with the Education of the Deaf and share the importance of the Education of the Deaf in the context of Rural Education. The present research is justified by seeking to recognize the formation of a society without social inequalities, as the basis of the struggle of the peasantry social movements and the deaf community, as its greatest intentionality. With regard to the production of data, in addition to the bibliographic review, a qualitative research of documentary nature was adopted. Data collection was carried out on academic websites (Academic Google and Scielo). This work was essential to show the lack of scientific studies, because, in view of the study carried out, a gap that needs to be filled with studies on the subject. Keywords: Education. Field. Deaf. Students. School.

Keywords: Education. Rural. Deaf. Students. School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.....	10
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	11
2.3 SOBRE O PAPEL DO/A PROFESSOR/A DENTRO NO PROCESSO DE ENSINO INCLUSIVO.....	16
2.4 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA PARA A VALORIZAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE SURDA CAMPESINA.....	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	

1 Introdução

A educação é um caminho para a transformação dos contextos de desigualdade social, tendo em vista que possui importante contribuição no processo de formação dos sujeitos. Nesse sentido, os processos educativos podem contribuir para a compreensão e fortalecimento da cidadania e democracia nos mais diversos espaços sociais.

Uma educação que seja crítica e preocupada com as contradições dos diversos contextos, permite que seus discentes tomem consciência dos seus direitos e entendam o que é participar politicamente na sociedade. Todavia, para isso, os sujeitos necessitam ter uma formação ampla e completa.

Por meio do contato com a realidade que se verifica no tema “Educação do Campo: Conflitos e Desafios na Educação de Surdos”, escolhido para esse trabalho, verificou-se questões de incompletudes e falhas no que tange à educação de surdos e à Educação do Campo. Com base nessa constatação, surge a problemática deste trabalho: como as pesquisas científicas desenvolvem-se ou descrevem a questão da educação de surdos no contexto educacional do Campo? O estudo proposto justifica-se por realizar uma discussão sobre aspectos importantes que envolvem a Educação do Campo, como o direito ao bem viver e ao conhecimento necessário para o enfrentamento da desigualdade social, educacional e cultural.

Reconhece-se que a prática pedagógica escolar para pessoas que vivem no campo não deve ser a mesma daquela praticada nas escolas urbanas. Esse entendimento ganhou força, do ponto de vista institucional, com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Partindo desses aspectos, entende-se que a educação do campo vai além da noção de espaço geográfico e compreende assim as necessidades culturais, os direitos sociais, culturais, linguísticos e a formação integral desses indivíduos.

Enquanto Professora de LIBRAS e estudante do curso de Pedagogia Educação do Campo, percebi a necessidade de que as discussões das especificidades pedagógicas fossem atreladas a momentos de entendimento, debate e conhecimento da dimensão da temática da “Educação do Campo: Conflitos e Desafios na Educação de Surdos”, ponto que me instigou a propor essa pesquisa.

O estudo justifica-se também, por buscar reconhecer a formação de uma sociedade que lute pelo fim das desigualdades sociais como base da luta dos movimentos sociais camponeses e da comunidade surda, como sua intencionalidade maior.

A educação do campo e a educação dos surdos se identificam e se constroem como uma reação organizada dos indivíduos.

A escolha pela temática motivou-se pelas experiências construídas ao longo da minha vida, dando continuidade à minha formação na área de educação de surdos. Hoje sou formada em Licenciatura em Letras/Libras pela universidade federal da Paraíba – UFPB e atuo como professora efetiva de Libras, no Município de João Pessoa.

Atualmente, graduanda em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo e Especialista em Educação do Campo, percebi ao longo dessa caminhada acadêmica, que as escolas do campo enfrentam desafios no processo ensino-aprendizagem, principalmente quando possui algum aluno com necessidade de um atendimento especializado.

Assim, nosso objetivo principal é analisar, de forma bibliográfica e documental, a partir de estudos acadêmicos publicados em sites acadêmicos, como as pesquisas científicas estão sendo devolvidas ou descrevem a questão da educação de surdos, no contexto educacional no Campo. Para tanto, iremos apresentar estudos científicos nos últimos 5 anos, de 2010-2020, que discutem sobre a Surdez e Educação do/no Campo; identificar nos escritos científicos a relação do currículo da Educação do/no Campo com a Educação dos Surdos e, buscar investigar a importância da Educação dos Surdos no contexto da Educação do Campo.

Compreendemos o processo de aprendizagem do/a estudante com surdez em escolas do campo como um grande desafio, pois esse/a estudante não tem, estruturalmente, a oportunidade de construir sua aprendizagem sobre o ensino de sua língua a partir de diálogos ou interpretação, ou seja, de maneiras fáceis e que possibilitem essa aprendizagem a todos das escolas. Justamente por isso a temática do presente trabalho é tão importante e precisa ser investigada, para que os caminhos para essa aprendizagem sejam construídos de maneira mais orgânica e substancial.

2 Fundamentação Teórica

Para discutir o conceito de Educação do Campo relacionando-o ao de educação dos surdos, é necessário indagarmos sobre o que entendemos por Campo e por educação de campesinos/as surdos/as, bem como interrogarmos acerca da importância de discutir esse Campo dentro da sociedade/comunidade surda, pensar se essa discussão se mostra cientificamente em projetos de desenvolvimento, se são pensados para o campo brasileiro, assim como se mostra relevante pensarmos em quais contornos se dá o papel da pesquisa científica para a valorização e fortalecimento da identidade surda campesina.

Essas indagações evidenciam um dos nossos pressupostos: os referenciais da Educação do Campo e da Educação de surdos devem e podem se fundir num projeto de desenvolvimento campesino, que efetive a transformação da sociedade. A partir disto, pode-se analisar, de forma bibliográfica e documental, como as pesquisas científicas se desenvolvem ou descrevem a questão da educação de surdos, no contexto educacional no Campo a partir de novas relações educativas, sociais e políticas, pautadas na equidade e no saber.

2.1 Educação do/no Campo

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que começa a fazer parte do contexto nacional a partir da década de 1990 e tem como um dos seus pressupostos a busca por uma educação capaz de garantir e ampliar o acesso, a permanência e o direito à escola pública e de qualidade no campo, respeitando o conhecimento, os saberes, o modo de produção e a cultura dos sujeitos que integram o espaço rural.

Essa modalidade de educação busca incentivar iniciativas para a escola do campo, a partir da compreensão de que “o povo tem o direito de estudar no lugar onde vive, sobrevive, mora e trabalha” (ALENCAR, 2010, p. 208).

A identidade da Educação do Campo, no sentido legal, é trazida pelas “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (CNE/ CEB n.1, 2002), que a define:

“[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país” (CNE/CEB, 2002).

A defesa e consolidação da Educação do Campo por meio das políticas públicas e ações estatais ampliaram-se durante a primeira década dos anos 2000, sobretudo, diante da atuação e pressão dos movimentos sociais do campo por uma educação que leve em consideração seu contexto social, econômico, cultural e ambiental.

Nesse sentido, a Educação do Campo requer para esses sujeitos metodologias, processos de ensino-aprendizagem, uma educação inclusiva efetiva, materiais, currículos e calendário escolar em acordo com sua realidade.

Assim, a pesquisa científica tem uma relevância importante na formação e na construção do/a educando/a surdo/a camponês/a, e é considerada como estratégia central para a materialização da educação do campo. Essa formação acontece não apenas dentro do ambiente escolar, mas também nos espaços não-formais de ensino.

Apesar da defesa dessa modalidade de educação e de seu avanço, os Censos Escolares dos últimos anos (2013-2018) demonstram uma redução no número de matrículas em escolas rurais. De acordo com dados do Censo Escolar de 2018 (INEP, 2018), o Brasil registrou 37,3 milhões de matrículas na educação básica. Desse total, 5,19 milhões corresponderam a matrículas em escolas do campo, o que representa 13,9% do total.

Esse percentual é 0,16 pontos menores que em 2017 e 1,6 pontos menor em relação a 2013, o que representa um decréscimo de 405.750 matrículas em escolas do campo no período de 2013 a 2018. Essa redução é explicada, principalmente, pelo elevado número de fechamento de escolas rurais no país. Nessas matrículas, não existe o quantitativo de sujeitos surdos.

A educação é uma das vias para a transformação dos contextos da desigualdade social e linguística, tendo em vista que possui importante contribuição no processo de formação dos sujeitos. Além disso, os processos educativos podem contribuir para o esclarecimento e fortalecimento da cidadania e democracia nos mais diversos espaços sociais.

Como mencionado na introdução deste trabalho, uma educação que seja crítica e preocupada com as contradições dos diversos contextos, permite que seus discentes tomem consciência dos seus direitos e entendam o que é participar politicamente na sociedade.

Partindo do pressuposto do papel da Educação do Campo e da Educação Inclusiva para a superação da desigualdade social e linguística no campo, recorre-se ao conceito de Educação Popular como práxis de uma ação social, construída e articulada com o povo e dentro do povo, pensada pelos os que estão “em baixo”, e nessa contramão, desenvolve-se na

sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante, de classes dominantes. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo (FREIRE;NOGUEIRA, 2002).

A Educação Popular consiste em reafirmar a cultura popular e tem como intuito amenizar desequilíbrios sociais, com a conscientização do potencial, participação mais ativa do/a educador/a e educando/a na formação da sua identidade (FREIRE, 2002).

Trata-se de uma educação com comprometimento e alteridade. Ela possui uma participação direcionada a camadas populares, *o povo*, acolhendo as suas necessidades em todos os aspectos e visando uma transformação social, pautada no autoconhecimento e na liberdade.

Na Pedagogia, “a conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa” (FREIRE; NOGUEIRA, 2002, p. 45). Uma das principais particularidades utilizadas pela Educação Popular no processo de ensino é o saber de uma sociedade com cotidiano próprio, referenciado na sua realidade cultural.

Compreende-se o currículo enquanto um documento de intenções, que refletem as escolhas de um grupo, tendo em vista a educação que se quer construir e o tipo de cidadão que se quer formar. Arroyo (2013) traz um questionamento que nos leva a refletir: “Como está posta a relação entre os docentes e o currículo? ”. Tal concepção é ainda corroborada por Arroyo (2013, p. 35). Estamos sugerindo a necessidade de avançar em duas direções que se complementam: de um lado, abrir novos tempos-espacos e práticas coletivas de autonomia e criatividade profissional; de outro, aprofundar no entendimento das estruturas, das concepções, dos mecanismos que limitam essa autonomia e criatividade e, desse modo, entendê-los para se contrapor e poder avançar.

2.2 Educação Inclusiva e Educação de Surdos

A fase da inclusão é contemporânea e no cenário nacional tem suas bases na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, bem como na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, na Espanha, que culminou com a elaboração da Declaração de Salamanca.

Nas premissas da inclusão, considera-se a multiplicidade dos sujeitos público-alvo da Educação Especial, onde os sujeitos passam a fazer parte das salas de aulas comuns, dentro

das escolas regulares, o que implica numa ressignificação curricular que contemple e respeite as especificidades dos alunos com deficiência.

Em nível nacional, observamos como documentos legais importantes no embasamento dessa fase a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases LDB, aprovada em 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's em 1998, em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no ano de 2008, o Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e mais recentemente a Lei Brasileira de Inclusão sob nº 13. 146 /2015.

A atual fase, a Inclusão Escolar, traz os avanços educacionais e sociais para as pessoas com deficiência. É necessário refletir o “currículo e sociedade”, bem como as suas relações, e assim, integrar a relação dialética e dialógica do currículo como um processo permanente de educação, de uma formação que envolve todas as dimensões e aspectos da vida humana. É relevante reconhecer os vários espaços pedagógicos ao longo de uma trajetória de que será sempre plural e conflitiva de humanização e hominização.

Na inclusão, um dos princípios é integrar a condição primária da vida escolar, base normal do aprendizado acadêmico de estudantes com deficiência, dando-lhes condições de direito, vida e cidadania. Reconhecer suas vivências, suas experiências, sua cultura, seus saberes e assim não ensinar apenas técnicas e sim, se atrelar a sua singularidade e saberes subjetivos da cultura e das suas identidades.

Nos últimos anos, é crescente o discurso em prol da Educação Inclusiva, com base na consigna “Educação para Todos”, como nos garante a Constituição de 88. Nesse contexto, a Educação Especial, que sempre foi observada como a educação voltada para pessoas com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem, vem se destacando nos debates político-educacionais (GLAT et al. 2007).

É com base nesse pensamento que nossa pesquisa se empenha em ampliar a discussão sobre o processo de implantação da Educação Inclusiva no currículo da escola do Campo na educação básica. Para tanto, é essencial analisar o conceito de necessidades educacionais inclusivas e o papel da Educação Especial no âmbito dessa política.

A reflexão aqui apresentada é a de que o suporte da Educação Especial é imprescindível para a implementação e o êxito da Educação Inclusiva nas escolas campesinas como meio de acolhimento, sobretudo de solidariedade e respeito à diversidade dos sujeitos do Campo.

A proposta mais atual da Educação dos surdos é o *bilinguismo*. É o mais recente trabalho do MEC, como orientação para educação de estudantes surdos, refere-se ao Programa Nacional de Educação de Surdos (MEC, 2002), que assume a abordagem bilíngue de educação de surdos. O Programa destina-se a diferentes populações e, para desenvolvê-lo, o MEC buscou parcerias para a produção intelectual dos materiais, tendo três objetivos:

- a) Promover cursos para formação de professores/instrutores surdos para ministrarem cursos de Língua de Sinais - “LIBRAS em contexto”, em parceria com a FENEIS e Universidade de Pernambuco.
- b) Promover cursos para formação de tradutores/intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa, em parceria com a FENEIS.
- c) Promover cursos, para formação de professores de Língua Portuguesa para surdos, em parceria com a Universidade de Brasília – UNB e Associação de Pais e amigos do Deficiente Auditivos – APADA. Para a realização de tamanho Programa, o MEC passou a criar em cada estado, desde 2002, um Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez – CAS, objetivando socializar informações sobre educação de surdos e execução dos cursos propostos (MEC, 2001, p. 17).

Essa proposta bilíngue advoga que não privilegia uma língua, mas busca dar condições às pessoas surdas de desenvolverem-se em língua de sinais e, posteriormente, na língua oficial do país, podendo usar a modalidade oral-auditiva e/ou escrita. Assim, também é importante ressaltar que a Conferência da Unesco, em 1951, determinou que o sujeito que usa uma língua diferente (a majoritária do país) tem o direito de ser educado em sua própria língua, conforme o projeto educacional bilíngue.

Cada vez mais pesquisas sobre língua de sinais e educação de surdos foram desenvolvidas no Brasil, principalmente no final da década de 80. Os estudos sobre a Língua de Sinais têm contribuído para formar o status linguístico dessa modalidade de estudo. Conseqüentemente, cresce o orgulho e reconhecimento dos surdos sobre sua própria língua, havendo uma abertura à sociedade para que a aprendam, e uma proposta de Mantoan (1998, p. 3), que propõe:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

Segundo Mantoan (2003) “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, esse processo se dá pela concepção de inclusão assim como a construção da capacidade de compreender e reconhecer o outro e, assim, ter a oportunidade de conviver e partilhar com cada pessoa, seja sua especificidade qual for. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção - ela é para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias, para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que são discriminados por algum motivo.

Essa educação deveria seguir como modelo no atendimento para todo/as, pois a educação na perspectiva inclusiva abarca todos sem preconceito, intolerância e discriminação. A inclusão é um processo para entender que cada sujeito é singular, é um processo de construção, adaptação, adequação e flexibilização, pois só gera a inclusão a partir de uma desconstrução de reflexão, ou seja, ação-reflexão-ação, para que esse processo comece a fazer sentido. A escola é um espaço para oferecer oportunidades em que todo/as devem ser incentivados/as a ter vez e voz, a se expressar, poder falar, fazer parte, fazendo com que o sujeito pense por meio da sua postura a importância dele naquele espaço, para que tudo comece a fazer sentido.

O currículo deve e tem a função de favorecer a inclusão e o empoderamento de todos os educandos, e o planejamento do processo educativo deve utilizar diferentes canais (oral, escrito, visual) para apresentar os conteúdos e motivar os alunos/educandos.

É essa a perspectiva da inclusão que parte da singularidade do sujeito, do olhar diferenciado e da ação compartilhada, pois a inclusão acontece quando conseguimos compreender o outro, no processo dialético e não construindo um novo padrão.

Se a pessoa que possui necessidades especiais de ensino não for integrada na escola regular e não tenha a possibilidade de ser inserida, a mesma vive em condição de vulnerabilidade social, tendo os seus direitos originários negados e, dessa forma, entendemos que se mantêm a desigualdade social e a pobreza, ou seja, o acesso e a permanência na escola estão ameaçados, causando, assim, inúmeros problemas na vida desse estudante, que vão se perdurar até a sua fase adulta.

Entretanto, apesar dos avanços, a fase de Inclusão Escolar não difere muito das fases anteriores. Ela também traz muitas frustrações e impedimentos. Diferente da integração, esse modelo vai voltar-se a um ambiente escolar onde o público compartilha do mesmo ambiente educacional e o foco de mudança não é no alunado e, sim, na instituição de ensino. A escola deverá se organizar, adaptar e replanejar seu currículo, isso tudo, a fim de oferecer um ensino de qualidade para todos, com respeito às diversidades.

Temos no Brasil um grande aparato que garante os direitos de igualdade que são: a carta Magna; a Lei de Diretrizes e Bases, LDB (1996); os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's (1998); As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001); o Plano Nacional de Educação Especial (2008); a Lei Brasileira de Inclusão sob número 13.146/2015. O percurso é longo para se efetivar uma Educação para todos. É desafiador não só para aqueles envolvidos diretamente, mas para todos nós, que desejamos uma sociedade igualitária, que respeite a equidade de cada um.

Para que tudo isto fique mais evidente, é fundamental refletir sobre a construção sócio-histórica das comunidades surdas, principalmente com um olhar sensível. Assim, trazemos pontos importantes, como filosofias e metodologias aplicadas nessa educação.

- O **Oralismo Puro** surgiu com a imposição através do Congresso de Milão, em 1880, que proibia o uso da língua de sinais e obrigava os surdos a se comunicarem através da linguagem oral. Com isso, surgiram vários métodos com a finalidade de estimular a oralização, quais sejam: unissensorial, audiofonatório, acupédico, verbotonal, materno reflexivo, Borel-Maisonny e arual.
- Contrariando a filosofia anterior, com o declínio no processo comunicativo e na aprendizagem dos sujeitos surdos, na década de 60 a **Comunicação Total** estruturou-se, objetivando utilizar várias possibilidades de comunicação, com os seguintes recursos: cued-speech (indicações fonêmicas para facilitar a compreensão da palavra); pidgin (português sinalizado); mímicas (gestos), datilologia (alfabeto manual) e leitura labial.

Hoje, temos a filosofia educacional para surdos que se compreende como a mais adequada. É uma filosofia/metodologia, o **Bilinguismo**, que caracteriza-se pela garantia do direito de a pessoa surda comunicar-se através da sua língua natural (língua de sinais - L1) e aprender uma segunda língua (L2), sendo esta a oficial de seu país de origem para os ouvintes.

Desse modo, traz-se a identidade da língua de sinais ao seu usuário, ou seja, o sujeito surdo agora pode adquirir a sua língua natural e tem o direito de comunicar-se por ela, que é garantido pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.

Acredita-se que o Bilinguismo é a filosofia educacional mais pertinente a ser utilizada para o público em evidência, pois, o processo de ensino ocorre primordialmente através da língua de sinais e, a língua oral, no nosso caso, o português, está inserido no processo para agregar e ampliar o seu conhecimento. Sendo assim, pensar em um ambiente bilíngue requer ações pedagógicas que priorizem o ensino pela língua de sinais, a presença de profissionais

fluentes nessa língua (tradutores intérpretes de libras, professores de libras) e a garantia de acessibilidade da informação nos momentos de utilização da oralidade pelos ouvintes em todos os momentos.

2.3 Sobre o papel do/a professor/a dentro no processo de ensino inclusivo

A formação do/a docente é essencial para que se efetivem mudanças significativas no processo educativo, para que rompam barreiras e, para isto, se faz necessário um aperfeiçoamento e reflexão acerca do fazer, do saber e do educar.

Educação também se faz com afetividade: ter um olhar sensível traz o movimento onde a realidade é o chão sobre o qual o/a educador/a e educando/a constroem seus processos de aprendizagens que, nesse caso, envolve pensar o conteúdo de forma que alcance a todos/as. Este processo é desafiador: não deve-se pensar apenas em adaptação, mas pensar que o processo de produção de um currículo e identidade de um espaço educativo reflète no sentido de fazer com que seu conteúdo seja reflexivo e inclusivo.

É integrar a condição primária da vida escolar, base normal do aprendizado acadêmico de estudantes surdos/as, dando-lhe condições de direito, vida e cidadania. Reconhecer suas vivências, suas experiências, sua cultura, seus saberes e assim não ensinar apenas técnicas e sim, se atrelar ao nó da sua singularidade e dos saberes e subjetividades da cultura e das identidades. Nesse sentido, o currículo não é, e nunca será, neutro, pois ele é o processo e está diretamente ligado aos grupos e ao que se pretende ensinar e, por isso mesmo, os profissionais de educação precisam participar desse processo de formulação de novas formas de pensar e ensinar.

2.4 A importância da pesquisa científica para a valorização e o fortalecimento da identidade surda campesina

Um dos maiores objetivos de constituir políticas públicas é o de promover uma educação de qualidade para todos. Mas, como foi mencionado antes, é realmente um caminho desafiador. A Educação Inclusiva trouxe consigo uma proposta inovadora, que implica em um remanejamento e uma reestruturação radical na dinâmica da escola, que anteriormente se apegava a uma perspectiva tradicional. Então, temos um imenso desafio de adotar uma prática pedagógica que privilegie a diversidade na escola, onde, com muita força, entra a pesquisa científica para nortear o que se quer alcançar.

A Educação Inclusiva envolve romper barreiras diariamente, na medida em que vários desafios são lançados e vários questionamentos precisam ser feitos, para que possa ser efetivada uma educação com equidade.

Existem profissionais despreparados? Existem profissionais que não aceitam a educação inclusiva? Existem profissionais que buscam aprender como trabalhar com a inclusão? Existe uma verdadeira efetivação das políticas públicas? Existe algo pronto, concluído, para se trabalhar com um/a estudante? Há inúmeros questionamentos que giram em torno da temática. Penso haverem caminhos que devem ser tomados, mas não como algo pronto, fechado, pois ao se trabalhar com seres humanos, com sua ampla diversidade, não podemos seguir um roteiro fechado, engessado.

É necessário ver as necessidades de cada um e, em conjunto, trilhar caminhos que vão sendo lançados em todo o percurso. Os profissionais que estão se capacitando para trabalhar com equidade educacional, sempre vão se deparar com situações onde irão pensar: e agora qual o melhor caminho que devo tomar? O que devo fazer e adaptar? Esses questionamentos são comuns, mas é preciso entender que essa responsabilidade não é só dos profissionais que possuem uma capacitação com o ensino inclusivo.

O direito e dever à educação de qualidade com equidade é uma ação em conjunto que deve ser compartilhada e discutida com todos que fazem parte da educação (sociedade, pais e representantes do Estado). A tarefa não é fácil, não é simples, muito pelo contrário, é desafiadora. Muitos avanços aconteceram e muitos avanços devem acontecer ainda. Vamos em frente!

Nesse sentido, destacamos alguns desafios da Educação Inclusiva com relação ao ensino no contexto da Educação do Campo que são analisados nas pesquisas científicas. Alguns desses desafios são: promover a democratização e a diversidade em todas as ações na escola; garantir o desenvolvimento pleno de todos/as que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem; garantir a permanência e o sucesso no processo escolar dos/as estudantes; respeitar as particularidades que cada um/uma tem, as suas experiências de vida, que pode e deve ser enaltecida no meio educativo; nunca e sob nenhuma hipótese estigmatizar os/as estudantes; romper com as práticas tradicionais e assumir uma nova identidade.

3 Procedimentos Metodológicos

Escritos Científicos - A relação do currículo da educação do/no campo com a educação dos surdos

Títulos	Autores/as
A Escola do Campo e os Surdos Camponeses: Impasses e Possibilidades Frente à Inclusão Escolar	Tamires de Campos Leite; Orientador: Nágib José Mendes dos Santos.
Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio NOGT 15	Katia Regina Moreno CAIADO E Silvia Márcia Ferreira MELETTI.
A In(ex)clusão dos Surdos na Educação do Campo: Sensibilizando Professores e Compartilhando Saberes	Graciely Cândido Macêdo / Orientadora Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges.
Surdez em Foco: Uma Experiência em Escola do Campo	Carina Vallejos de Moura e Debora Silvana Vaz Soares.
Inclusão: Um olhar sobre a prática da Língua Brasileira de Sinais – Libras nas escolas do campo	Dayane de o. Camurça Kalarkiane Pontes da Silva
Educação inclusiva e interdisciplinaridade: a escola do campo e a construção identitária dos educandos surdos	Corrêa Barros da Costa, A., Ferreira Siqueira, R., Dias Valente, T., & Menezes de Oliveira, W.
Aprendendo libras no contexto das escolas do campo no município de Parintins – AM.	Reana da Silva de Souza, Francisca Keila de Freitas Amoedo e Marlon Jorge Silva de Azevedo.

A pesquisa proposta é fundamentada a partir de uma revisão bibliográfica na perspectiva do estado da arte, pois atenta para o processo de reconstrução do conhecimento vigente sobre o tema: “Educação do Campo: Conflitos e Desafios na Educação de Surdos”, tendo em vista que seus resultados contribuirão para a ampliação do conhecimento teórico e metodológico da temática.

Nesse sentido, trazemos a definição de Estado da arte a partir do olhar dos autores (GERHARDT *et al.* 2009, p.66) para quem, nessa perspectiva, é necessário “expor resumidamente as principais ideias já discutidas por outros autores que trataram do problema, levantando críticas e dúvidas, quando for o caso”

Do ponto de vista dos objetivos elencados, a pesquisa foi desenvolvida de forma exploratória e conceitual e sua abordagem é qualitativa. Definiu-se essa abordagem considerando sua capacidade em permitir uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas nos escritos científicos escolhidos durante o levantamento bibliográfico preliminar da pesquisa.

No que se refere à produção de dados, além da revisão bibliográfica, adotou-se a pesquisa de caráter qualitativo de cunho documental, assim como corrobora Fonseca (2002, p. 32), que afirma:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

O estudo foi executado em duas etapas complementares e concomitantes. Na primeira, foi desenvolvido um estudo exploratório, com o objetivo de consolidar o conhecimento acerca do tema. Nessa etapa foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica.

Atentando para a dinâmica do objeto estudado, pretendeu-se compreendê-lo em sua construção histórica. Para isto, tomam-se como postulados teóricos os estudos dos autores citados no decorrer desse trabalho.

Nesse momento, também foi realizada a pesquisa técnica/documental envolvendo o levantamento das pesquisas científicas. Essa etapa serviu para quantificar as publicações científicas, com base nas leituras de forma associativa e interpretativa, utilizando os conceitos de Educação do/no Campo e Educação de Surdos, considerando a relação dessas educações. O levantamento técnico foi produzido por meio da análise, com base na técnica de diagnóstico do conteúdo.

Na segunda etapa, foi realizada a elaboração do texto das pesquisas científicas acima citadas e, por fim, as informações e dados gerados com o levantamento foram analisados com foco no conteúdo das informações, especificamente, tendo por base a análise temática, recorrendo às técnicas do método de análise de conteúdo apresentadas por Bardin (2019).

Esse método compreende um campo de estudo vasto, pois se trata de um conjunto de técnicas de comunicação (verbal ou escrita), objetivando a inferência de conhecimentos relativos às condições contextuais de produção ou de recepção das mensagens comunicadas.

4 Resultados e Discussão

O presente estudo partiu da seguinte problemática: como as pesquisas científicas trabalham ou descrevem a questão da educação de surdos, no contexto educacional do Campo? Nesse sentido, o objetivo foi analisar de forma bibliográfica e documental, como as pesquisas científicas trabalham ou descrevem a questão da educação de surdos, no contexto educacional do Campo. Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa por artigos científicos e trabalhos, notoriamente teses, dissertações e trabalho de conclusão de curso, nos sites Google Acadêmico e Scielo.

A busca foi por trabalhos científicos que abordassem a temática nos últimos 05 (cinco anos). Verificou-se que os artigos disponíveis nas plataformas Scielo e Google Acadêmico estão mais voltados para discutir a educação de surdos de modo geral, analisando as legislações vigentes. Apesar das dificuldades e da escassez sobre a educação no campo, encontrou-se 07 (sete) trabalhos. Após a realização da coleta de dados na internet, chegou-se aos resultados apresentados a seguir.

Identificou-se 07 (sete) trabalhos que discutiram a educação de surdos, no contexto educacional no campo. Foram eles: “A Escola do Campo e os Surdos Camponeses: Impasses e Possibilidades Frente à Inclusão Escolar”, de autoria de Tamires de Campos Leite, 2018; “Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15” de autoria de Katia Regina Moreno Caiado e Silvia Márcia Ferreira Meletti, 2015; “A In(ex)clusão dos Surdos na Educação do Campo: Sensibilizando Professores e Compartilhando Saberes”, de autoria de Graciely Cândido Macêdo, 2015; “Surdez em Foco: Uma Experiência em Escola do Campo”, de autoria de Carina Vallejos de Moura e Debora Silvana Vaz Soares, 2015; “Inclusão: Um olhar sobre a prática da Língua Brasileira de Sinais – Libras nas escolas do campo”, autoria de Camurça e Silva, 2015; “Educação inclusiva e interdisciplinaridade: a escola do campo e a construção identitária dos educandos surdos”, autoria de Costa et al.,

2018; “Aprendendo libras no contexto das escolas do campo no município de Parintins – AM”, autoria de Reana da Silva de Souza, Francisca Keila de Freitas Amoedo e Marlon Jorge Silva de Azevedo, 2015.

Leite (2018) visa compreender o processo de inclusão da pessoa surda nas escolas do campo. Ao término do trabalho, a autora pôde identificar que a educação do campo é um espaço propício para inserir os surdos camponeses, porém, precisa ser ofertada de modo que o aluno surdo tenha acesso ao conhecimento, assim como os demais alunos, ou seja, é essencial uma educação bilíngue, que contemple a realidade do campo, o dia a dia dos alunos.

Segundo Macêdo (2015), a maioria das pessoas surdas, residentes no campo, apresentam pouco contato com a Língua de Sinais, pois são pessoas que vivem mais isoladas, sem muita interação com as pessoas, na medida em que a forma que eles têm para se comunicar é através de gestos. O fato da ausência de conhecimento da Língua dos Sinais por parte da população e dos surdos, torna a comunicação bastante restrita, conseqüentemente, torna-se difícil compreender quando os surdos estão se expressando. Geralmente, as pessoas que conseguem compreender o que eles falam, são as pessoas de casa ou pessoas do convívio diário.

Nesse processo, percebe-se o quanto é essencial que o ensino seja bilíngue e que se tenham políticas públicas que garantam cada vez mais acesso ao conhecimento para os alunos surdos. Atualmente, as políticas educacionais inclusivas já garantem o direito dos surdos de sua língua (Língua de Sinais) nas escolas públicas de ensino regular. Tal direito é garantido no Decreto n. 5626 de 2005 e na Lei n. 10436 de 2002, que trata da formação dos docentes bilíngues, instrutores surdos e intérpretes de Libras, no entanto a prática nas escolas do bilinguismo ainda é um desafio (SILVA; SILVA, 2016).

O estudo de Caiada e Maleti (2015), verificou que o índice de alunos matriculados em escolas do campo vem reduzindo. Em contrapartida, o número de alunos com alguns tipos de deficiência vem aumentando nas escolas do campo. Por exemplo, o número de alunos surdos matriculados na EJA vêm aumentando ao longo dos anos, porém, as matrículas no ensino especial sofreram uma redução significativa, chegando a menos 59,57% no ano de 2014.

O fato de haver uma redução no número de alunos matriculados em escola no campo se deve ao elevado número de escolas no campo que vem fechando nos últimos anos, muitas vezes, por falta de políticas públicas ou, simplesmente porque os governantes não querem manter uma escola no campo, por ter um número de alunos mais reduzido do que as escolas localizadas na zona urbana.

Outro fator é o número de filhos por família, assim como o aumento do êxodo rural. Tudo isso proporciona um número menor de alunos residindo no campo. Por outro lado, há de se reconhecer que é louvável o fato de pessoas com deficiência estarem frequentando as escolas regulares.

Há alguns anos, essas pessoas estavam em suas casas “escondidas” da sociedade, pois muitas famílias consideravam uma vergonha ter um filho deficiente. Devido às legislações vigentes e campanhas educativas, essas pessoas estão sendo inseridas na sociedade.

Vallejos e Soares (2015) identificaram que mesmo com todas as dificuldades, ainda é maior a facilidade em aprender dos surdos em escolas do campo, pois, na escola do campo, existe uma maior proximidade da comunidade escolar com as famílias (pais).

Essa relação que existe entre pais, alunos e professores favorece o diálogo sobre inclusão na escola. Vale salientar que, quando se fala na inclusão de alunos surdos, o ponto principal é que a linguagem utilizada, no caso, a Libras, inclui o aluno surdo, os professores e colegas de turma.

Outro fator importante é que as aulas no campo irão privilegiar o contexto dos alunos, ou seja, a realidade do aluno, algo que é conhecido dos mesmos, pois é o seu dia a dia, tornando o aprendizado um processo mais leve e de maior apreensão. Por exemplo, uma aula sobre alimentos saudáveis partirá dos produtos cultivados em casa; aulas de Geografia, abordando a localidade onde mora.

Assim, ele irá utilizar os objetos diários no ensino de Libras. Devido aos diversos contextos encontrados, a educação do campo é rica em conhecimentos, em propostas pedagógicas e em atividades que podem ser realizadas com os alunos.

Corroborando com o exposto, recorreremos a Strobel (2008 p. 39) que afirma o seguinte:

[...] os sujeitos, como sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor deles: desde os latidos de uma cachorro - que é demonstrado por meios de movimento de sua boca e da expressão corpóreo-facial-bruta – até uma bomba estourando, que é óbvio aos olhos de um sujeito surdo pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge.

É deveras uma riqueza viver no campo e ter em seu chão e em sua realidade local, conhecimentos que podem ser estudados e trabalhos dentro de sala de aula, considerando toda percepção de mundo através dos olhos da pessoa surda.

O trabalho de Camurça e Silva (2015) abordou a preparação do profissional para trabalhar com estudantes com deficiência, principalmente com o aluno surdo em escola do campo. De modo geral, o grande desafio é o fato que, na maioria das vezes, as turmas são multisseriadas. Outro ponto que pode-se destacar é o fato da pesquisa evidenciar que o professor entrevistado é a favor de um tradutor/a intérprete em LIBRAS, para traduzir as aulas para os alunos surdos. Tal fato se dá devido à falta de formação dos professores que, em sua maioria, não tiveram a disciplina de Libras, mas, é essencial que se tenha formação para capacitar os professores e assim, eles possam ministrar suas aulas de forma oral e em Libras para a turma.

Souza et al. (2015), desenvolveu um trabalho de capacitação de professores em Libras. O projeto foi desenvolvido na cidade de Parintins/AM e é uma excelente iniciativa, pois levou conhecimento/capacitação a 03 (três) escolas do campo, que tinham alunos surdos em suas turmas.

Campos (2013, p. 48), fala o seguinte sobre os alunos surdos:

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados de forma mais completa e acessível.

Percebe-se que os alunos surdos compreendem o mundo de forma peculiar, através do que eles enxergam. O ensino em Libras irá favorecer o seu desenvolvimento de diversas formas.

Costa et al. (2018), analisou a construção da identidade surda nas escolas do campo e percebeu que essa construção se dá a partir dos laços sociais que são formados ao longo da vida da pessoa, o cotidiano com a família, as amizades na escola, trabalho, enfim, no convívio social. Sobre isso, Valente (2015, p. 27) afirma o seguinte:

[...] a pessoa com surdez, que mantém contato precoce e espontaneamente com a Língua de Sinais no convívio social têm a possibilidade de se desenvolver nos campos cognitivo, emocional e social; além de apresentarem autoestima elevada. Em contrapartida, os que demoram a ter acesso à língua, podem vir a ter dificuldade em seu desenvolvimento mental, emocional, assim como na sua integração social.

Como pode-se perceber, é de extrema importância que os alunos surdos tenham uma educação que proporcione o seu desenvolvimento. Dentro da pesquisa realizada, encontrou-se muita discussão sobre a importância da educação do campo para os surdos, porém, nos trabalhos analisados, não se verificou a relação disso com o currículo escolar. Sabe-se que é um direito dos alunos surdos terem uma aprendizagem de qualidade. Caso o professor não tenha sido capacitado para ministrar suas aulas em Libras, a escola deve oferecer um profissional, intérprete, para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Entretanto, não encontramos essa discussão de maneira mais detalhadas nos artigos em questão.

5 Considerações Finais

A Educação Inclusiva é um desafio para os professores que, de modo geral, não receberam uma formação para receber em sala de aula um público diverso, com turmas lotadas e sendo apenas um professor para lidar com as particularidades de cada aluno. Dentro da Educação Inclusiva, destacamos nesse trabalho a Educação do Campo para os surdos, que visa o aprendizado dos alunos surdos na escola do campo, tendo como premissa a formação a partir dos detalhes do cotidiano.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi analisar estudos científicos dos últimos 05 anos sobre a questão da educação de surdos, no contexto educacional no campo. Verificou-se que existem poucos estudos nessa temática. Aqui, identificamos apenas 07 (sete) trabalhos, entre artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos.

Evidenciamos assim, a necessidade da produção de mais trabalhos científicos abordando a temática. A produção científica é importante para que se discuta e possa se colocar em evidência os problemas da educação no campo, com ênfase na educação de surdos. Em virtude da falta de qualificação profissional, das salas de aulas serem multisseriadas e de, geralmente, existir apenas um professor para ministrar as aulas, é necessário que se discuta também meios para que esses e outros problemas sejam sanados.

Outro ponto relevante foi o fato de não encontrarmos nos trabalhos analisados a correlação do currículo da Educação do/no Campo com a Educação dos Surdos. Os trabalhos focam na dificuldade no ensino, na importância dos alunos surdos, bem como os alunos que não são portadores de deficiência, mas que os que são residentes no campo, tenham um ensino no campo, com as suas particularidades.

Destacamos ainda, que é muito importante que a educação do campo seja mais valorizada, pois verifica-se um aumento no número de escolas do campo que vem sendo fechadas. Os/as estudantes são, portanto, deslocados/as para os centros urbanos para estudar, o que gera a desigualdade educacional, por meio de sua própria realidade rural e de seus saberes e práticas cotidianas.

Portanto, o estudo em questão é relevante para mostrar ao meio científico as lacunas ainda existentes com relação à sua prática teórica e empírica. Este trabalho torna-se importante para professores, coordenadores pedagógicos, gestores, pais e toda comunidade escolar, pois demonstrou-se diante dele a fragilidade nos estudos, até então, disponíveis.

Assim, indica-se a leitura do presente estudo a professores, coordenadores pedagógicos, gestores, pais e toda comunidade escolar, a todos que direta ou indiretamente trabalhem na educação, como também, espera-se que o trabalho sirva de base para outros estudos e que possam ser comparados para verificar como a Educação do Campo, voltada para os surdos, está sendo desenvolvida.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 34, n. 2, p. 207-226, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzáñez. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2010.

BORGES, Carla Luzia Carneiro. MACÊDO, Graciely Cândido. **A in(ex)clusão dos surdos na Educação do Campo**: Sensibilizando professores e compartilhando saberes. *Graduando*, Feira de Santana, v. 2, n. 3, p. 11-25, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www2.uefs.br/dla/graduando/n3/n3.11-25.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

CALDART, Roseli Salette. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo - políticas públicas – educação**. Brasília, DF: INCRA - DA, 2008. p. 67-86.

CAIADO, Katia Regina Moreno. MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no gt 15. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.93-104, Maio-Ago., 2011. Edição Especial. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382011000400008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 de maio de 2020.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, C. F.; SANTOS, L. F. (orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013.

CARMURÇA, D. O.; SILVA, K. P. **Inclusão**: Um olhar sobre a prática da Língua Brasileira de Sinais – Libras nas escolas do campo. 40f. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em pedagogia especializada em Educação do Campo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2015.

COSTA, A. C. B.; SIQUEIRA, R. F.; VALENTE, T. C. D.; OLIVEIRA, W. M.M. Educação inclusiva e interdisciplinaridade: a escola do campo e a construção identitária dos educandos surdos. **Revista GPES - Estudos Surdos**, Marabá-PA, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2018.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. [Apostila]. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer?** Teoria e prática em educação. São Paulo: Vozes, 2002.

GERHARDT, Tatiana E. et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre:UFRGS, 2009, p.65-87.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Censo Escolar – resultado e resumos. Brasília, DF – INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JARA, O.H. Ressignifiquemos as propostas e práticas de educação popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 233-239.

LEITE, T. C. **A Escola do Campo e os Surdos Camponeses: Impasses e Possibilidades Frente à Inclusão Escolar**. Políticas Públicas na Educação Brasileira. Editora Atenas, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2003.

Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol I e II Brasília: MEC/SEESP, 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Ministério da Educação. Câmara de educação básica/conselho nacional de educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. Brasília-DF: MEC/SECAD/CNE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: dez. 2020.

MOURA, Carina Vallejos de. SOARES, Debora Silvana Vaz. **Surdez em Foco: Uma Experiência em Escola do Campo**. Disponível em: https://www.ufsm.br/unidadesuniversitarias/ce/wpcontent/uploads/sites/373/2019/06/Regional_Santa_Maria_2013-5-1.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

SANTOS, Nágib José Mendes dos. LEITE, Tamires de Campos. **A escola do Campo e os surdos camponeses: Impasses e Possibilidades frente à Inclusão Escolar**. Disponível em:

em:https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID6438_31082017202700.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, C. M.; SILVA, D. N. H. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicol. Esc. Educ.**, vol.20 n.1, p. 33-43, 2016.

SOUZA, R. S.; AMOEDA, F. K. F.; AZEVEDO, M. J. S. **Aprendendo libras no contexto das escolas do campo no município de Parintins – AM.** Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/597-73-1129-1-10-20170529%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/597-73-1129-1-10-20170529%20(1).pdf). Acesso em: 30 dez. 2020.

VALENTE. T. C. D. V. **Educação de surdos:** a música enquanto proposta pedagógica inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura plena em Pedagogia. Cametá/Pará, 2015.